

Marinha do Brasil  
Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha

**Título:** Um Príncipe não tão maquiavélico.

**Resenhista:** 2ºTen (AA) Airton Antônio de Oliveira Júnior

**Referência Bibliográfica:** “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, ou Nicollò Machiavelli. Entre as diversas traduções e edições deste livro, o escolhido para este trabalho foi o da Editora WMF Martins Fontes, 4ª edição, de 2010, São Paulo, contém 197 páginas, traduzido por Maria Júlia Goldwasser, inclui Vida e Obra do autor, apêndice com paralelo entre Maquiavel e Marx, Notas Explicativas e Vocabulário de termos-chave de Maquiavel.

Um dos maiores livros da literatura política mundial, “O Príncipe” foi escrito em 1513 e publicado, pela primeira vez, em 1527. Maquiavel compreendia a tendência das coisas humanas, a inconstância das massas e a fragilidade das nações. Sem se prender a conceitos estabelecidos, estuda os diversos tipos de Estados, classifica-os por gêneros e estabelece leis, segundo as quais cada principado deve ser conquistado ou governado. Descreve, de maneira genérica, como o governante deve portar-se, de acordo com o cenário estabelecido.

Nos primeiros quatorze capítulos, Maquiavel classifica os principados em gêneros bem definidos, dividindo-os em hereditários e novos, explicitando como se dá a conquista em cada um: com exército próprio ou de outros, pelo fluxo de acontecimentos ou pelo conjunto de qualidades do governante. O autor procura não construir um Estado ideal, e sim ver os problemas reais, a realidade concreta das coisas. O livro é repleto de exemplos da Antiguidade e Idade Média, por exemplo, Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu, Aníbal, porém, a maioria deles é contemporânea, como César Bórgia, Francesco Sforza e o Papa Júlio II. Tudo para comprovar seu ponto de vista.

Nos capítulos posteriores, o autor discorre sobre diversos aspectos relacionados a um príncipe. Comenta sobre as qualidades que um governante precisa ter e outras a evitar, o cuidado devido às finanças, à cobrança de impostos e à utilização desses recursos. Trata, também, da dicotomia “se é melhor ser amado

que temido ou melhor ser temido que amado”, afirmando que “os homens têm menos receio de ofender quem se faz amar, do que a quem se faz temer”. Para Maquiavel, é mais importante aparentar ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, a de fato possuir tais qualidades. Sua teoria é baseada no fato de que “... todos veem o que se aparenta, poucos sentem aquilo que realmente é; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos.” Um príncipe deve evitar o desprezo e o ódio dos homens, manter o povo feliz, afastar-se de bajuladores e controlar seus secretários.

Nos três últimos capítulos, Maquiavel aborda a invasão da França na Itália, os motivos que levaram a perda de alguns estados. Defende a tese de que um governo novo tem suas ações mais observadas que um hereditário, e que os homens se interessam mais pelas coisas do presente do que pelas do passado. Para o autor, o fluxo dos acontecimentos não está predefinido, devendo-se preparar para tempos difíceis nos momentos calmos que os antecedem e coloca que é melhor ser impetuoso do que cauteloso. Tenta persuadir a retomada da Itália dos franceses apelando para o sentimento nacionalista e religioso.

Em “O Príncipe”, portanto, Maquiavel demonstra que o fato de a Itália estar dividida em diversos governos tornou-a suscetível a constantes batalhas e que poderiam ser evitadas com sua unificação, sob um único soberano, naquele momento por Lorenzo II de Medici, neto de Lorenzo, o Magnífico. Para o autor, um príncipe que tenha uma visão que se afaste de um realismo estrito, que deixe de buscar a verdade efetiva das coisas, está fadado a conceber conclusões equivocadas, perigosas para sua nação. Em seu livro, ele cita que “sendo meu interesse escrever uma coisa útil para quem a escuta, parece-me conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação sobre ela.” Quando um príncipe age, assim o faz para conservar o Estado. Se, ao analisarmos as ações dos governantes, entendermos que estamos diante de uma ação praticada não por escolha, mas por necessidade, fica sem sentido qualquer tentativa de impor limites éticos ou morais a tal conduta.